

COMO CITAR ESTE TEXTO:

Formato Documento Eletrônico (ISO)

NASCIMENTO, Alexandre do. **A cidadania como questão no debate sobre educação e tecnologia** [citado dd/mm/aaaa]. Disponível na World Wide Web: <http://www.alexandrenascimento.com>.

A CIDADANIA COMO QUESTÃO NO DEBATE SOBRE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA

Alexandre do Nascimento

Está na Constituição Brasileira que todo brasileiro é um cidadão. Isso quer dizer que todos as pessoas que vivem no Brasil, homens e mulheres, pobres e ricos, negros, brancos e indígenas, têm os mesmos direitos, gozam das mesmas liberdades, oportunidades e chances. Não é preciso muito esforço para constatarmos que isso é apenas uma declaração formal, que não acontece no contexto das relações sociais concretas. Trata-se de uma cidadania de letra morta, de uma igualdade abstrata que não se observa concretamente e esconde, de fato, uma ausência de cidadania.

A ausência de cidadania se manifesta nas relações sociais, que são hierarquizadas, desiguais e excludentes. Tal desigualdade e exclusão se explicita pelos milhões de brasileiros que compõe a chamada População Economicamente Ativa, e que percebem não mais que dois salários mínimos. Explicita-se pelas milhões de crianças sem acesso à escola, pelos milhões de meninos e meninas que moram nas ruas, pelos milhões de analfabetos absolutos e analfabetos funcionais, pelos milhões de brasileiros vítimas do latifúndio e que constituem os sem-terra, os minifundiários, os meeiros, os bóias-frias e os expulsos do campo e que formam os cinturões de miséria dos centros urbanos, pelas desigualdades entre raças, gêneros e regiões. Eis o inventário das desigualdades sociais que denunciam a ausência de cidadania, naturalizada em nossa sociedade. Inventariar e desnaturalizar tais desigualdades é condição necessária para que a democracia – aqui entendida como universalização dos direitos, como igualdade (econômica, social e racial) e como, de fato, *demos*(poder)-*cracia*(popular) – se instaure efetivamente em nossa sociedade.

Mesmo numa formação social como a nossa – hierarquizada, desigual e excludente – postula-se que a tecnologia é solução para os problemas. Entretanto, é sobre o pressuposto da modernidade que se fundamentam as teses do "determinismo tecnológico", ou seja, os discursos que, direta ou indiretamente, sustentam que a tecnologia é a solução para os problemas da humanidade. Aponta-se a tecnologia como sendo a chave mágica da superação da miséria e da fadiga humana, do anúncio de um mundo sob o não-trabalho, da qualidade de vida . Por exemplo, é senso comum hoje que o aprendizado da informática é condição para a aquisição/manutenção de emprego. Há quem diga que o domínio da informática é garantia de emprego. Mas será que se todos os trabalhadores dominarem conhecimentos básicos de informática haverá emprego para todos?

O determinismo tecnológico acaba escondendo uma problemática que é central para os trabalhadores: as relações sociais dentro das quais a nova base tecnológica se desenvolve e se difunde na sociedade, e os impactos sociais que ela produz. Os postos de trabalho que deixaram ou deixarem de existir por causa da introdução de novas tecnologias retornarão?

Se observarmos criticamente o contexto social, veremos que a utilização das inovações tecnológicas, em muitos casos, vêm ampliando a exclusão social, a discriminação e o desgaste dos trabalhadores. Vivemos, hoje, uma grande contradição entre pólos sociais tão diferenciados. Um qualificado, empregado, usuário da tecnologia, que constitui uma minoria; outro desqualificado, à margem do mercado de trabalho formal, vivendo da economia informal e em precárias condições de saúde, educação, habitação e outros serviços aos quais têm direito, e que constitui a grande maioria.

Devemos, então, nos posicionar contra o desenvolvimento científico e tecnológico? Não se trata disso. A questão é como colocar a serviço das necessidades humanas a fantástica capacidade científica e tecnológica existente, fruto do trabalho humano e apropriada por poucos? Como produzir tecnologias cujo horizonte seja o ser humano e a vida e não o capital? Como aproveitar as novas tecnologias de informação, comunicação e produção, para constituir novas formas de trabalho cooperativo?

As abordagens sobre os impactos das tecnologias na sociedade, sobre o processo de trabalho e sobre a formação humana, normalmente não as tomam como sendo, também,

resultados de relações sociais, que numa sociedade de economia e relações capitalistas são de caráter de hierarquização, alienação e exclusão. Não basta afirmar, como ultimamente têm insistido os porta-vozes do chamado capitalismo global, que o novo padrão técnico e produtivo demanda trabalhadores com formação polivalente e capacidade de raciocínio, e nem insistir sobre as novas formas de organização do trabalho e da produção, com termos como qualidade total, gestão estratégica, gestão de pessoas e talentos, empregabilidade, colaboração, parcerias, etc (sic), se a relação social dominante continuar tendo como sujeito definidor o capital, o trabalho morto. Mas do que nunca resistir é, também, produzir. Ou seja, organizar a luta e organizar a produção, passaram a ser a mesma coisa. E isso serve para a educação, pois educar para o trabalho passa a ser, também, produzir novas formas e conteúdos nas relações sociais.

Tratar da tecnologia, no contexto específico da educação é ter clareza de como entrar em contato com a automação dos serviços, com as redes mundiais de TV, com os recursos da informática, como os banco de dados, os hipertextos, a multimídia e a internet. E preparar-se para a introdução da informática, das telecomunicações, da microeletrônica, da microbiologia, da engenharia genética, da biotecnologia, da robótica e de outras tecnologias.

Mas tratar da tecnologia é, também, não fechar os olhos para o fato de que a *sociedade não se beneficia igualmente das tecnologias e que, no atual contexto do pós-fordismo em que o emprego formal não ocupa o lugar que ocupou no fordismo, o acesso à cidadania é condição para um processo de desenvolvimento social, e não mais o contrário. É não perder de vista as possibilidades de controle social que utilização das tecnologias pode permitir e os perigos do processo de gradativa desqualificação profissional e de uma nova modalidade de analfabetismo – o analfabetismo tecnológico - de uma parcela significativa da população*¹¹. É não perder de vista as demandas dos trabalhadores, sobretudo os mais jovens, que anseiam por auto-realização; é produzir alternativas contra as formas de exploração e controle da vida, cada vez mais acentuadas.

¹ Ver COCCO, Giuseppe. **Trabalho e Cidadania: Produção e direitos na era da globalização**. São Paulo: Cortez, 2001.